



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

2.º	PUBLICADO NO D. O. U.
C	De 26/03/1997
C	<i>Wilton</i>
	Rubrica

**Processo :** 10183.001177/94-94  
**Sessão de :** 06 de dezembro de 1995  
**Acórdão :** 203-02.515  
**Recurso :** 98.161  
**Recorrente :** JOSEFA RAMOS DE MELO  
**Recorrida :** DRJ em Campo Grande - MS

**PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL - REVELIA** - A instauração da fase litigiosa do procedimento dá-se com a impugnação da exigência, apresentada no prazo legal. Não observado o preceito, não se toma conhecimento do recurso, por falta de objeto.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por: JOSEFA RAMOS DE MELO.

ACORDAM os Membros da Terceira Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, em não tomar conhecimento do recurso, por falta de objeto.

Sala das Sessões, em 06 de dezembro de 1995

Osvaldo José de Souza  
Presidente

Ricardo Leite Rodrigues  
Relator

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros Mauro Wasilewski, Sérgio Afanasieff, Celso Ângelo Lisboa Gallucci, Tiberany Ferraz dos Santos e Sébastião Borges Taquary.

mdm/HR-GB



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Processo : 10183.001177/94-94

Acórdão : 203-02.515

Recurso : 98.161

Recorrente : JOSEFA RAMOS DE MELO

## RELATÓRIO

Conforme Notificação de fls. 02, exige-se da contribuinte acima identificada o recolhimento de Cr\$ 1.456.936,73, a título de Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural-IPTR, Taxa de Serviços Cadastrais, Contribuições Parafiscal e Sindical Rural CNA-CONTAG, correspondentes ao exercício de 1993, do imóvel de sua propriedade, denominado "Fazenda Vacionral da Pedra Preta", cadastrado na Receita Federal sob o nº 2995020.1, localizado no Município de Santo Antônio do Leverger-MT.

Inconformada com a exigência constante do mencionado Documento de fls. 02, a notificada procedeu à impugnação, em 05.04.94, alegando:

- I. Alto valor, usado para o cálculo do valor venal para região Pantaneira, tendo em consequência disto um alto valor a pagar de **ITR** em 1993, correspondendo 10 vezes maior que o a Pagar em 1992.
- II. A área localizada em região do Pantanal, onde é de grande interesse ecológico, com nascente de três córregos, ocorrendo com isso erro no lançamento de áreas isentas.
- III. Não recebimento da notificação pelo correio, ocasionando com isso na demora para entrar com este pedido de **Requerimento.**"

O Edital nº 0022/93, fls. 06/07 foi afixado em 30.12.93 e nele constava o débito referente ao ITR/93 da contribuinte Josefa Ramos de Melo.

A Autoridade Monocrática julgou procedente o lançamento ementando assim sua decisão:

PL



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

Processo : 10183.001177/94-94  
Acórdão : 203-02.515

**“ITR - Imposto Territorial Rural**

Valor da Terra Nua.

Se o lançamento contestado tem sua origem em valores oriundos de pesquisa nacional de preços da terra, estes publicados em atos normativos, nos termos do artigo 100, I, do CTN, e improvado seu despósito, prevalece o lançamento.”

Insurgindo-se contra a decisão prolatada em primeira instância administrativa, a contribuinte interpôs recurso, onde reitera os argumentos expendidos na fase impugnatória.

*BR*  
É o relatório.



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

Processo : 10183.001177/94-94  
Acórdão : 203-02.515

**VOTO DO CONSELHEIRO-RELATOR RICARDO LEITE RODRIGUES**

Preliminarmente cabe apreciar a tempestividade da impugnação apresentada pela contribuinte em 05.04.94, embora o edital que constava seu nome, fls. 06/07, fora fixado em 30.12.93.

Pelos dados apresentados, constata-se que o prazo máximo para apresentação da impugnação seria 02.03.94, conforme preceitua o art. 15 do Decreto nº 70.235/72.

Segundo o art. 14 do mesmo diploma legal acima citado, “a impugnação da exigência instaura a fase litigiosa do procedimento”, logo sendo esta apresentada fora do prazo previsto em lei, a lide não se instaura.

Assim, voto por não conhecer do recurso por falta de objeto.

Sala das Sessões, em 06 de dezembro de 1995

A handwritten signature in black ink, appearing to read "Ricardo Leite Rodrigues", is written over a horizontal line. Below the signature, the name "RICARDO LEITE RODRIGUES" is printed in a smaller, sans-serif font.  
RICARDO LEITE RODRIGUES